

EM DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DAS ÁGUAS!

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco –CBHSF, instituição integrante do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos e inteiramente dedicada e comprometida com a gestão democrática e sustentável das águas, vem a público manifestar sua profunda estranheza e preocupação com os anúncios de fontes ligadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, dando conta do envio, nos próximos dias, de matéria legislativa a ser assinada pelo presidente da República estabelecendo aquilo que vem sendo chamado de novo “Marco Hídrico” para o Brasil.

Patrocinado sobretudo pelo Ministério do Desenvolvimento Regional -MDR, o “Marco Hídrico” vem sendo elaborado de forma completamente alheia às instâncias que compõem o Sistema Nacional dos Recursos Hídricos, configurando um estilo de condução institucional hostil aos princípios basilares da política pública das águas brasileiras, dentre eles o princípio da gestão participativa, compartilhada e descentralizada dos recursos hídricos conforme os ditames da Lei 9.433, a Lei Nacional das Águas.

Aliás, ao deixar entrever para a mídia regional que o objetivo desse “Marco Hídrico” é promover mudanças normativas que supostamente irão “revolucionar a maneira como o brasileiro se relaciona com a água”, os anúncios feitos por porta-vozes do MDR suscitam vivas preocupações em toda a vasta comunidade de técnicos, gestores públicos, estudiosos, usuários das águas, populações ribeirinhas, povos tradicionais, membros do poder judiciário e parlamentares que se dedicam à temática das águas. Essas preocupações decorrem da expectativa inevitável de que vem por aí mais uma ofensiva de desmonte dos grandes consensos nacionais que, nas duas últimas décadas, foram construídos em torno da política nacional dos recursos hídricos.

Dentre os anúncios feitos veladamente chamam a atenção sobretudo ideias esdrúxulas que sinalizam ataques ao princípio legal da água como um bem comum de todos os brasileiros e brasileiras, tais como terceirização e negociação de outorgas, privatização das funções de fiscalização do uso das águas e ataques aos princípios participativos da gestão hídrica através de mudanças que, dentre outras finalidades, pretendem transformar os comitês de bacias hidrográficas em colegiados apenas consultivos.

Articulada com essa ofensiva aos princípios legais, sobretudo aqueles inscritos na Lei Nacional das Águas, o “Marco Hídrico” também pretenderia operar mudanças nos normativos incidentes sobre obras hídricas para viabilizar, principalmente na região semiárida e nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins, São Francisco e Parnaíba, sem qualquer processo de discussão com a sociedade, um pacote de novas transposições de bacias, desvios de cursos d’água, barramentos e eixos de integração.



Convicto de que legislações sempre podem ser aperfeiçoadas, de que investimentos em obras hídricas são sempre necessários e que os normativos da gestão pública sempre podem ser melhorados, o CBHSF adverte, no entanto, que promover essas ações de forma unilateral, sem aderência aos planos diretores de recursos hídricos, sem ampla consulta às populações a serem afetadas, aos entes do SNRH, aos comitês de bacias hidrográficas objeto das intervenções e aos Estados poderá reproduzir os mesmos erros, prejuízos absurdos e impasses que ainda hoje emperram o polêmico projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Ainda há tempo para que o Ministro Rogério Marinho repense essa iniciativa equivocada e, ao invés desse “Marco Hídrico”, construa com a sociedade civil e os usuários das águas um ciclo virtuoso e amplamente democrático de aperfeiçoamento da legislação já consagrada das águas, de reforço e democratização das instâncias do SNRH e de investimentos em obras de fato prioritárias, sustentáveis e de interesse amplo da população.



Maciel Oliveira – Presidente do CBHSF



Marcus Polignano – Vice-presidente do CBHSF



Almacks Silva – Secretário Geral do CBHSF

